

2

3

Ata de Reunião

4 Ao vigésimo quinto dia do mês de Outubro de dois mil e vinte e três, às nove horas da
5 manhã, reuniram-se ordinariamente no Palácio das Araucárias representantes e
6 conselheiros da sociedade civil do Conselho Estadual de Povos e Comunidades
7 Tradicionais, Conselheiros e representantes Governamentais e Convidados.
8 **Participantes: Conselheiros Governamentais:** Jefferson Vinícius Meister/SEAB, Jane
9 Cristina Lobato Vasques/SEJU, André Luiz Serio/SEIL, André F. Eiterer/SEDEST, Lucimar
10 Pasin de Godoy/SESA, Silberto Cardoso/SEDEF, Gustavo Mussi/CCIVIL, Josil do Rocio
11 Voidela Baptista/SEIL, André Luiz Brandão/SESP, Renê Wagner Ramos/SETI
12 **Conselheiros da Sociedade Civil:** Ana Maria dos Santos/Benzedeiras, Suely Alipio dos
13 Santos/Cipozeiras, Robson Borges Arantes/Povos de Terreiro, Dimas
14 Gusso/Faxinalenses, Zuleide dos Santos/Caiçaras, Ana Maria dos Santos da
15 Cruz/Quilombolas, Misael Jefferson Nobre/Ilhéus, Alcione Ferreira da Silva/Quilombolas e
16 Antonio Alves Pereira/Ciganos. **Convidados:** André Avelino/SEEC, Clemilda Santiago
17 Neto/SEMIPI, Eduardo de Oliveira Filho/SEMIPI, Rodrigo L. Freitas/DER, Robson F. Do
18 Vale/DER, Daniela Koteski/DER, Ana Carolina Brollo de Almeida/MPPR, Pollyana
19 Medeiros/SEMIPI, Kethlen Tie/Terra de Direitos, Daniela Koteski, Matheus
20 NUCIDH/DPPR. **Justificativas de Ausência:** Ellen Cunha do Nascimento e Mariana
21 Lopes justificaram a ausência considerando a licença médica. **Secretária Executiva:**
22 Hayanne Iovanovitchi. **Discussão:** Em primeiro momento, Hayanne em sua qualidade de
23 Secretária Executiva deste conselho informou que seriam aguardados alguns minutos
24 para iniciar, considerando o preenchimento do quórum, informa que as conselheiras
25 faltantes estavam subindo, e que a demora se deu pelo problema com os elevadores no
26 palácio das araucárias. **Clemilda/SEMIPI** solicita realizar a fala de abertura inicialmente,
27 antecedendo a apresentação da pauta aos conselheiros. Deseja boas vindas e um bom
28 dia a todos e todas, expressa o imenso respeito da SEMIPI com os Povos e Comunidades
29 Tradicionais, explica que está participando de forma online pois estaria em viagem. Cita
30 que infelizmente o professor Denis não está mais na estrutura da SEMIPI, e que
31 preocupada com a questão da condução deste conselho, mesmo em viagem, solicitou
32 uma conversa online com os conselheiros Robson e Alcione pois ainda não tinha
33 conhecimento de que o decreto que colocava Denis como conselheiro no CPCT havia
34 sido publicado anteriormente ao dia em que a eleição foi realizada, que em seu

35 entendimento o decreto teria sido publicado depois, e que por isso acreditou que essa
36 eleição seria nula, e que saiu em viagem assim acreditando, que a Dra. Pollyana, do
37 gabinete da SEMIPI percebeu o equívoco e então à colocou a par de que a eleição
38 realizada seria válida, e que portanto, a sociedade civil por enquanto continua à frente do
39 conselho na pessoa do Vice Presidente indicado pela sociedade civil, Misael Nobre.
40 **Pollyana/SEMIPI** explica que o vice indicado foi o Misael, sendo assim o presidente em
41 exercício até a próxima reunião. **Clemilda/SEMIPI** cita que a assessoria do gabinete da
42 SEMIPI está empenhada em subsidiar o trabalho do conselho, bem como a diretoria como
43 um todo, que a secretaria ainda está com problema de estrutura e em processo de
44 mudança, pede a todos e todas a compreensão pois é uma questão que foge do querer e
45 da vontade em estar trabalhando da forma como se deve estar trabalhando, reitera como
46 Diretora o respeito com os povos e comunidades tradicionais, principalmente pelas
47 lideranças deste conselho e deseja uma ótima reunião. **Pollyana/SEMIPI** cita que após a
48 aprovação da ata Misael fica como presidente em exercício, e que como está online, caso
49 seja difícil de presidir a reunião, de acordo com o regimento na ausência do conselheiro
50 eleito, pode indicar um conselheiro que será votado no pleno para condução na reunião.
51 Cita que como a Diretora Clemilda adiantou, o gabinete da SEMIPI está realizando um
52 levantamento administrativo para deixar em ordem as indicações, que foi enviado um e-
53 mail solicitando a confirmação da indicação dos conselheiros governamentais para que
54 seja feito um decreto de nomeação, que até o momento não tinha sido realizado pelas
55 secretárias executivas anteriores, bem como a questão dos cartões corporativos e da
56 instrução das outras áreas, como por exemplo resolução das comissões temáticas que
57 não foram feitas. **Hayanne/Sec.Executiva** realiza o compartilhamento da pauta para
58 visualização de todos (as). **Eduardo Filho/SEMIPI** pede o uso da palavra, cumprimenta à
59 todos (as), apresenta-se como coordenador geral da igualdade racial, povos e
60 comunidades tradicionais e suas demais funções, cita que está em Brasília resolvendo
61 algumas pautas e por isso não compareceu presencialmente na reunião. Deseja à todos
62 bom dia, cita que estão a disposição na coordenação juntos para realizarem este trabalho
63 tão importante para o Estado e para os povos e comunidades, bem como os
64 representantes que estão participando deste conselho. Deixa um convite à quem estiver
65 próximo à Curitiba visitar a Secretaria, que a ideia é dar celeridade aos processos, por
66 isso à presença da Dra. Pollyana, bem como da Hayanne e de todos os servidores que
67 estão justamente para apoiar o necessário dentro da possibilidade. Pede perdão por não
68 acompanhar toda a reunião mas que fica feliz de estar à frente da coordenação geral de
69 igualdade racial. Deseja um bom dia e que tenham um dia produtivo. **Hayanne/Sec.**

70 **Executiva** agradece e segue o rito. Abstenções para aprovação da ata de 31 de Maio por
71 não estarem presentes na data: André Eiterer/IAT , André Brandão/SESP,
72 **Silberto/SEDEF. Josil/SEIL** se apresenta e cita que na secretaria que representa estão
73 surgindo algumas questões aquaviárias em que está sendo realizado o diálogo com as
74 comunidades tradicionais, e solicita a inclusão de pauta com relação ao transporte
75 aquaviário de pontal do sul – Ilha do Mel para buscar o posicionamento do conselho.
76 **Pollyana/SEMIPI** solicita para que o rito seja seguido, de acordo com o regimento, e que
77 seja realizada a aprovação das atas. Com todos de acordo, questiona com relação a ata
78 do dia 31 de Maio, se todos estão de acordo. Com 3 abstenções por ausência na data da
79 reunião de Maio, a ata do dia 31 de Maio foi aprovada. **Ana Brolo/MP** solicita a
80 informação sobre quais são os segmentos presentes na reunião. **Hayanne/Sec**
81 **Executiva** cita as Benzedeiras, Ciganos, Cipozeiras, Caiçaras, Religião de Matriz
82 Africana, Faxinalenses, Quilombolas (representando as 2 cadeiras) e Ilhéus. Segue para
83 aprovação da ata do dia 09 de Agosto, reforça que as atas foram encaminhadas por e-
84 mail no prazo previsto para todos os conselheiros, questiona se há alguma ressalva. Sem
85 questionamentos, **André Brandão/SESP, Silberto/SEDEF** se abstém por não terem
86 participado da reunião de Agosto, ata do dia 09 de Agosto. **Hayanne /Sec. Executiva**
87 inicia leitura da pauta e, por fim, questionou se haviam alterações a serem feitas.
88 **Inclusões:** SEUC, divisão das cadeiras, nomes que compõe as comissões temáticas,
89 transporte aquaviário de pontal do sul, cadastro único, comissão de povos de terreiro,
90 regimento interno. Pauta aprovada após todos concordarem. **Misael/Ilhéu** dá boas vindas
91 a todos os companheiros do gov, se desculpa por não estar presencialmente e cita que
92 está com problemas de internet, que conforme reza o regimento interno em seu artigo 24
93 – A, na ausência do presidente e do vice, pode indicar alguém do para que possa presidir
94 a reunião se aprovado pelo plenário, cita que indicaria o Robson por já ter sido presidente
95 e ter conhecimento, questiona se o plenário aprova ou tem outro nome para que possa
96 conduzir a reunião presencialmente, pois corre o risco de sua internet cair, reforça que
97 todos que forem falar se aproximarem do microfone pois estaria difícil de escutar. Fica
98 definido que será Jane. Todos concordam. **Hayanne/Sec. Executiva** segue conforme os
99 pontos de pauta e realiza sua apresentação aos conselheiros como nova secretária
100 executiva do conselho. **Ana Brolo/MP** sugere que a lei do conselho seja projetada para
101 todos terem ciência de como estão os assentos hoje, pois acredita que estejam
102 conversando sobre uma composição que ainda não tinha sido alterada, assim, sugere que
103 quando chegar no ponto de pauta da divisão das cadeiras, seja projetada a lei que fala
104 como está a composição dos PCTS hoje. **Hayanne/Sec.Executiva** segue os pontos de

105 pauta e realiza os informes, iniciando pelas cadeiras do gov. que foram substituídas e
106 seus respectivos titulares e suplentes indicados (SEEC, SEED, SEDEF, SEIL, SESP e
107 SETI), cita as correspondências recebidas, sendo uma pelo CAOP solicitando o envio da
108 cópia das atas das reuniões realizadas em 2023, explica que ainda não foi respondido
109 pois estava aguardando a aprovação das atas de Maio e Agosto no pleno para que o
110 envio seja realizado na sequência, e cita o e-mail recebido pela consulta pública da
111 Sysflor, uma entidade credenciada para certificação de cadeia de custódia que identificou
112 o Conselho como uma potencial parte interessada no programa de compra de madeira
113 controlada, cita que pode encaminhar por e-mail para quem tiver interesse. Justificativas
114 de ausência, explica que a conselheira Ellen da Cunha/SEEC informou que está de
115 licença médica. Reforça que precisa que os conselheiros que ainda estão sem cartão
116 corporativo à procurem para que isso seja resolvido com celeridade, e traz ao
117 conhecimento de todos o edital da SEEC de povos e comunidades tradicionais da lei
118 Paulo Gustavo, já encaminhado no grupo de WhatsApp do conselho e está aberto para
119 inscrições até o dia 31 de outubro, reforça que trouxe o edital para compartilhar com os
120 conselheiros e também a importância de os conselheiros repassarem para a comunidade
121 as informações sobre o edital para que consigam se inscrever considerando que é
122 importante a participação por ser um edital próprio, para que editais como esse se
123 repitam. Passa para o relatório das comissões que se reuniram no dia anterior.
124 **André/SEIL** inicia como relator da comissão de infraestrutura e saúde, compartilha o
125 relato para todos visualizarem. Com relação ao protocolo **18.966.082—0**, o parecer da
126 comissão foi aprovado pelo pleno para atualizar as minuta dos Ofícios contidos nas fls.6
127 e 7 do protocolo e encaminhar para as Secretarias afins , SESP e SEED.”, relata que não
128 consta se os ofícios foram encaminhados, apenas as minutas apesar de serem de 2021;
129 Com relação ao protocolo **15.766.749-1**, o parecer da comissão foi aprovado pelo pleno
130 Recomenda-se revisitar as atas do Conselho no 2º semestre de 2019 para verificar se foi
131 dado a ciência do referido ofício, caso sim, arquivar o protocolo. No entanto, a
132 representante da SESA se coloca à disposição para esclarecer sobre o cuidado em saúde
133 dos povos indígenas e comunidades tradicionais em agenda a ser definida; Com relação
134 ao protocolo **19.858.626-9** , o parecer da comissão foi aprovado pelo pleno, encaminhar
135 para o IDR em atenção ao Despacho contido nas Fls.7, Mov.7 d o Gerente de
136 Engenharia Logística do IDR que se propôs a fazer uma vistoria no local e emitir um
137 parecer técnico. **Jane/SEJU** explica que foi para essa comissão pois a que participa não
138 teve pauta, inicia como relatora da comissão de educação, direitos humanos e patrimônio
139 cultural , compartilha o relato para todos visualizarem. Com relação ao protocolo

140 **19.858.731-1**, o parecer da comissão foi aprovado pelo pleno para encaminhar o ofício a
141 prefeitura de Palmas e a Secretaria das Cidades solicitando a construção da ponte do Rio
142 Lageado interligando as comunidades remanescentes de Quilombos Tobias Ferreira e
143 Adelaide, do Município de Palmas; Com relação ao protocolo **18.917.855-7** o parecer da
144 comissão foi aprovado pelo pleno para verificar junto ao conselheiro Alcione, se a
145 demanda foi atendida e se foi atendida recomenda o arquivamento . **Alcione/Quilombola**
146 diz que ainda não foram atendidos, que foi o Nilton que fez esse pedido e que pelo que
147 está sabendo a demanda não foi atendida. **Jane/SEJU** cita para ser encaminhado pela
148 plenária um ofício solicitando essas informações à Secretaria de Estado da Educação e a
149 Secretaria Municipal de Educação; Com relação ao protocolo **18.962.455-7**, o parecer da
150 comissão foi aprovado pelo pleno, para que a SEMIPI ofereça cursos de capacitação
151 aos povos tradicionais quando abir editais estaduais e nacionais que contemplem as
152 comunidades tradicionais para que a mesma realizem a solicitação do recurso em tempo
153 hábil, uma vez que os editais tem pouco tempo para inscrição. **Hayanne/Sec. Executiva**
154 cita que no edital de PCTS da Lei Paulo Gustavo estão tendo agentes facilitadores
155 responsáveis por auxiliar os povos e comunidades nas inscrições. **Jane/SEJU** propõe que
156 seja encaminhado ofício à SEEC solicitando que realizem o contato com as comunidades
157 e colocar o conselho à disposição. **Hayanne/Sec. Executiva** informa que o diretor André
158 Avelino da SEEC irá participar da reunião no período da tarde para explicar sobre o edital
159 e conversar com os conselheiros. **Antonio/Ciganos** cita que os agentes facilitadores não
160 procuraram sua comunidade. **Ana Brolo/MP** questiona em relação ao protocolo 3, quem
161 é o autor/solicitante. **Hayanne/Sec. Executiva** informa que é o CPCT. **Ana**
162 **Maria/Quilombola**, **Ana Maria/Benedeira**, **Suely/Cipozeira** e **Zuleide/Caiçaras**
163 informam que em seus seguimentos há quem auxilie na inscrição de projetos culturas.
164 **Robson/Religiões De Matriz Africana** e **Dimas/Faxinalenses** informam que também
165 não foram procurados por agentes facilitadores. Com relação aos protocolos **17.956.106-9**
166 e **16.295.317-6** o parecer da comissão foi aprovado pelo pleno pois devido o tempo do
167 processo, encaminhar a origem para saber se o protocolo foi atendida e se foi atendida
168 solicita o arquivamento. **André Eiterer/IAT** inicia como relator da comissão de território,
169 desenvolvimento socioambiental e segurança, informa que estavam presentes apenas
170 três membros, e por isso optaram primeiro por repassar para a SESP a contextualização
171 sobre o Conselho, e realizar uma troca de informações. Foi solicitado pelo conselheiro
172 Dimas/Faxinalenses que seja enviado um ofício do CPCT convidando o Secretário de
173 Segurança Pública para participar do I seminário de segurança pública e proteção jurídica
174 nos faxinais. **André Eiterer/IAT** cita que foi escrito um protocolo sobre a portaria 241, que

175 ficou em sua incumbência na reunião passada para redigir, mas que decidira optar por
176 deliberar no próximo encontro pois o Misael não está presente pessoalmente. Cita que
177 não conseguiram analisar os protocolos pois não estavam com acesso, mas que
178 perceberam que o protocolo 16.859.726-6 deverá ser deliberado pela comissão de Direitos
179 Humanos. **André/SEIL** solicitou que antes das reuniões seja dado acesso aos protocolos
180 aos respectivos conselheiros governamentais que compõe as comissões. **Ana Brolo/MP**
181 cita que em relação à disponibilização prévia dos documentos a serem discutidos, não é
182 apenas para os representantes governamentais, mas também para a sociedade civil.
183 **Lucimar/SESA** cita que chamou sua atenção a questão da violência nos territórios e acha
184 que devem estar muito atentos à isso, e como o conselho poderia ampliar esse debate
185 pois é muito importante e impacta muito na qualidade de vida dessas pessoas. Findado o
186 relatório das comissões, **André/SEIL** solicita que a pauta referente à apresentação sobre
187 a ponte de Guaratuba seja no período da tarde devido ao tempo. **Ana Brolo/MP**
188 questiona ao André Eiterer sobre os grupos de Whatsapp que foram falados na última
189 reunião para serem criados referente às normativas do IAT sobre as consultas. **André**
190 **Eiterer/IAT** cita que não foi falado sobre isso nas comissões mas que essa conversa não
191 pode perder de vista, que se lembra que ficou de sair uma sugestão por parte do MPPR
192 que estavam confeccionando com relação à essa IN e que discutiriam pelo CPCT para
193 sair uma recomendação de mudança dessas duas INs, que é isso que se recorda. Que
194 com relação ao grupo de whatsapp, não consegue se recordar a fundamentação da
195 questão. Cita que há um grupo que estão discutindo a portaria 241. **Ana Brolo/MP**
196 questiona se pode entrar nesse grupo já que não é um de denúncias, pois o seu receio de
197 entrar nos grupos é dos conselheiros relatarem alguma denúncia e acharem que por ela
198 estar presente já estaria encaminhando oficialmente, mas que nesse se puder participar
199 agradece, pergunta o que os conselheiros acham ou se acham melhor marcar uma
200 conversa, só para não perder de vista aquilo que já tinha sido conversado na última
201 reunião. Ainda, cita que viu que André Eiterer entendeu que o MP iria fazer uma proposta
202 de alteração, e que não pretendem fazer proposta de alteração mas sim a análise
203 dialogada com o conselho. **André Eiterer/IAT** cita que é mais um embasamento técnico
204 do CPCT com relação a essa análise para que o CPCT proponha essa sugestão, e que o
205 MP seria essencial nessa análise crítica com relação a IN para propor com bastante
206 embasamento essas modificações. **Ana Brolo/MP** cita que a sua proposta é levar isso
207 para o Dr. Olympio e para a Dra. Ana para na próxima reunião colocar como pauta a
208 discussão sobre as INs, e que imagina que não vá mais ter reunião esse ano. **André**
209 **Eiterer/IAT** cita que terá mais uma. Ainda, com relação ao grupo de whatsapp informa

210 que no dia anterior, com a conversa com a SESP, surgiu a questão de montar um
211 whatsapp só vinculado aos povos faxinalenses, que isso pode se expandir mas à princípio
212 foi uma conversa realizada com o Dimas de colocar eles e a patrulha rural também tendo
213 em vista a ameaça à vida dos conselheiros presentes com relação à violência, e que acha
214 que seria muito bem vindo o MP também nesse grupo. **Ana Brolo/MP** diz que irá
215 conversar com o Dr. Olympio pois como informou anteriormente não tem whatsapp
216 institucional, então tem receio de vir uma denúncia por um grupo e isso acabar passando
217 e os conselheiros acreditarem que foi devidamente encaminhado, então teria que achar
218 uma solução institucional enquanto MP. Solicita que depois expliquem com calma como
219 que vai funcionar para que possa levar ao Dr. Olympio e para a Dra. Ana Carolina. **André**
220 **Eiterer/IAT** cita que foi uma conversa muito preliminar para tentar linkar as comunidades
221 tradicionais com as patrulhas rurais. Questiona sobre a IN se o MP pode dar um
222 embasamento teórico para o CPCT poder embasar uma recomendação, se isso seria um
223 problema para eles. **Ana Brolo/MP** diz que a princípio acha que não, que tinha entendido
224 que iriam discutir antes, mas que pode conversar com o Dr. Olympio e se passarem a
225 data pode avaliar com ele se podem antecipar o posicionamento, mas que estavam
226 conversando inclusive sobre um evento sobre consulta prévia, uma capacitação. Que a
227 ideia não seria fazer essa capacitação na próxima reunião, pois pretendem tratar disso
228 junto com a universidade, mas que podem apresentar isso na próxima reunião . **André**
229 **Eiterer/IAT** cita que acha ótima a ideia da capacitação e acredita que ninguém se oponha.
230 Após alteração na ordem de pauta, **Ana Brolo/MP** questiona se a pauta da conferência
231 ficará para a tarde. **Jane/SEJU** explica que não, que estão aguardando a servidora da
232 SEMIPI e que ficará após a pauta de nº 8. **Dimas/Faxinalense** inicia sobre o seminário,
233 uma articulação que já vem de um certo tempo, que já trouxeram esse problema como
234 pauta para o conselho com relação a força verde, que já houveram várias tentativas de
235 reuniões, e de lá pra cá vem ocorrendo várias articulações, demonstrando a importância
236 dos órgãos fiscalizadores atuarem nos territórios. Cita que algumas agendas já
237 ocorreram, pois precisa entender para poder atuar, e aí surgiu a proposta do seminário
238 para capacitação e construir um POP com a força verde, considerando que já há com o
239 IAT. **André Eiterer/IAT** cita que não participou da criação do POP do IAT, mas que se não
240 se engana o MP foi muito atuante também na construção desse POP. **Ana Brolo/MP**
241 responde que não se lembra e pergunta de quando é o POP. **Dimas/Faxinalense** cita que
242 é de 2008. **Ana Brolo/MP** responde que nessa época não estava no CAOP, e por isso
243 não sabe dizer. **André Eiterer/IAT** diz que chegou a ele essa informação, mas que não
244 sabe se é totalmente verídico. Cita que acredita que a força verde está com muita

245 dificuldade com relação a aplicação legal nos territórios faxinalenses, questiona se o
246 Dimas fez o convite ao MP e cita que se pudessem participar, será feita uma pequena
247 palestra com relação ao POP, pois ao que parece, a força verde precisa compreender a
248 necessidade de utilizar os mecanismos jurídicos de fiscalização. Cita que com a fala
249 institucional tanto do IAT, acredita que a defensoria também estará presente, quanto o MP
250 conseguiriam mostrar para eles a necessidade da fiscalização e atuação dentro dos
251 territórios faxinalenses, que fica como uma proposta. **Dimas/Faxinalense** agradece e
252 reforça o convite ao MP, pela importância da presença do órgão. Reforça o pedido para
253 sair um ofício do CPCT convidando a SESP para participar. Fim de pauta. **Hayanne/Sec.**
254 **Executiva** questiona se podem partir para o próximo ponto de pauta sobre a conferência
255 do CPCT. **Pollyana/SEMIPI** inicia sua fala citando que sobre a conferência. Explica que a
256 SEMIPI é uma secretaria nova que não tinha recurso, que estão pedindo para fazer o
257 aporte para todos os eventos que precisam, que o Governador fez um decreto estipulando
258 que a conferência dos indígenas teria que acontecer ainda nesse ano considerando que
259 ainda precisa ser montado o conselho e só por esse motivo estão fazendo de tudo para
260 que saia, e ainda assim está muito complicado. Que foi enviado um ofício para Casa Civil
261 solicitando que a conferência dos povos e comunidades tradicionais fosse no segundo
262 semestre de 2024 pelo motivo de que dia 15 ou 17 já fecha o orçamento, e para conseguir
263 fazer no início do ano já teriam que estar licitando, contratando e fazendo todos os
264 processos agora, mas não há orçamento ainda, então não daria para fazer agora pois o
265 orçamento vai abrir por Fevereiro, e assim não haverá 3 meses hábil para realizar todo o
266 procedimento e realizar a conferência no 1º semestre. Assim, cita que a ideia é que
267 abrindo o orçamento de 2024 comecem a trabalhar todo o procedimento para que
268 consigam fazer no 2º semestre a conferência, pois 2024 também é ano eleitoral, assim,
269 provavelmente a conferência saia em Novembro de 2024. Reforça que por essa questão
270 administrativa somente que tiveram que colocar ela para o 2º semestre de 2024. Após
271 questionada, explica que para realizar em Junho, todo o processo de licitação deveria
272 estar sendo feito agora, e não há orçamento nesse ano para poder licitar e contratar. Que
273 por ser uma secretaria nova não havia orçamento. **Ana Maria/Benzedeira** cita que o
274 importante é que saia, pois há tempos está nesse impasse e sempre alguma coisa ocorre
275 para que não saia. **Pollyana/SEMIPI** diz que seria interessante ser montado o grupo da
276 conferência para as tratativas já se iniciarem, ser estipulado o que se pretende fazer para
277 que já se tenha uma noção de valores, e assim seja dada iniciativa na questão
278 burocrática. **Hayanne/Sec. Executiva** diz que ao se inteirar das atas anteriores, notou
279 que já foi formada uma comissão para tratar sobre as questões da conferência.

280 **Robson/Religiões De Matriz Africana** diz que não acha que seja apenas uma questão
281 administrativa, que parece falta de força de vontade de fato, que há pelo menos 10 anos
282 está para organizar a conferência e acha que um grande exemplo é que a Diretora não
283 está, o Edu também não está, pois foram resolver coisas da conferência indígena que não
284 tem nem um ano de conselho. **Pollyana/SEMIPI** diz que na verdade o conselho indígena
285 ainda não existe, essa é a questão, que o CPCT mesmo não tendo a conferência está em
286 funcionamento e consegue desenvolver e atender a população e as comunidades, e o
287 conselho indígena ainda não existe, e por uma determinação expressa do Governador a
288 conferência vai ocorrer para que ele seja instituído, e não por outras questões. Reafirma
289 que não pode falar pelas gestões anteriores, mas que a Secretária assim como a Diretoria
290 Geral está comprometida, informa que nada justifica, mas que para sair a conferência
291 indígena também estão com dificuldades. **Robson/Religiões De Matriz Africana** diz que
292 gostaria de deixar registrado esse relato, e não como um desabafo, pois estão há pelo
293 menos 10 anos para fazer essa conferência e todo ano alguma coisa ocorre para não
294 acontecer a conferência, e vão vendo essas ingerências que vão inviabilizando, que
295 desde o começo do ano passado quando voltaram da pandemia foi discutido, que para
296 ele como comunidade tradicional vale a palavra, que entende a questão da ata por estar
297 no gov. Cita que no início do ano foi falado que se não trabalhassem, a conferência não
298 sairia nesse ano, e agora tem a possibilidade de não ocorrer a conferência.
299 **Pollyana/SEMIPI** reforça que nesse ano não tem possibilidade de acontecer, mas em
300 reunião interna com a Secretária e Diretor Geral ficou acertado no 2º semestre de 2024 e
301 que gostariam de fazer no início do 2º semestre, pois abrindo o orçamento teriam
302 possibilidade de em 3 meses fazer a tratativa, mas tem o empecilho da questão da
303 eleição. No entanto, reforça que está tudo certo em palavras da Secretária e Diretoria
304 Geral para que realmente ocorra no 2º semestre. **Ana Brolo/MP** relata que
305 especificamente falou na última reunião que fosse consultado sobre a possibilidade de
306 realização da reunião no próximo ano considerando a existência de eleições e a resposta
307 que obteve foi que seria possível fazer até Fevereiro. Reforça que conste em ata o
308 compromisso da Secretária de realizar a conferência em 2024 conforme a fala da
309 Pollyana, considerando que faz 10 anos que deveria ter sido realizada a 1ª conferência,
310 que consta na lei que as conferências tem que ser realizadas de 2 em 2 anos, deveria já
311 estar na 4ª. Relata a ciência de que tiveram gestões anteriores e que nesse ano tiveram o
312 compromisso da Secretaria de que aconteceria até Setembro, que o Denis falou isso e
313 acha que consta em ata e irá verificar. Reforça que conversou com o Dr. Olympio e que
314 ele pediu para que ela relatasse que é uma preocupação muito grande do MP a

315 conferência não ter acontecido, ainda que esse conselho esteja com as atividades
316 acontecendo, não teve nenhuma eleição em conferência. Reforça que escuta essa
317 informação com bastante tristeza e preocupação. Que irá relatar ao Dr. Olympio que ficou
318 para o 2º semestre do próximo ano e questionou como serão as tratativas, se será aberto
319 edital em Fevereiro e deixarão tudo pronto para que ocorra em Novembro, qual será o
320 compromisso de fato da Secretaria para que a comissão seja instalada e se reúna,
321 considerando os momentos de pré-conferência que deve ser previsto, cita que gostaria
322 que conste em ata e que realmente aconteça a conferência pois a lei é de 2012, sendo
323 que a 1ª conferência deveria ter acontecido em 2013. Ressalta que levantou essa questão
324 durante as 2 reuniões que ocorreram neste ano. **Pollyana/SEMIPI** diz que seria
325 interessante esse grupo da comissão da conferência, se estiver ativo, passar para a
326 SEMIPI como gostaria que a conferência acontecesse bem como as conferências livres,
327 para já tentar que realizem uma reunião com a Secretária para montar um cronograma.
328 Cita que há coisas que conseguem fazer, como instituir a comissão organizadora, para
329 que efetivamente saia do papel. **Ana Brolo/MP** questiona se a sugestão é que seja
330 definida uma data com a Secretária junto com a comissão organizativa da conferência.
331 **Pollyana/SEMIPI** diz que acha que deveria ser feito/ativado o grupo para as tratativas da
332 conferência serem desenhadas efetivamente pois até agora não foi passado pelo CPCT
333 na gestão anterior do professor Denis o escopo real da conferência. **Ana Brolo/MP** cita
334 que do jeito que Pollyana falou fez parecer que o CPCT que não apresentou.
335 **Pollyana/SEMIPI** reforça que disse que o professor Denis não apresentou e que colocou
336 até o nome. **Ana Brolo/MP** diz que está presenciando a angústia deles há bastante
337 tempo, e que acha ótima a ideia para uma reunião com a secretária para tratar desse
338 assunto com os conselheiros da sociedade civil. **Pollyana/SEMIPI** reforça que a comissão
339 com os representantes específicos é mais fácil para conseguir marcar uma pauta com a
340 secretária para tratar referente as questões práticas da conferência e começar a desenhá-
341 la. **Lucimar/SESA** cita que se revisitar a penúltima ata tem a composição da comissão.
342 **Hayanne/Sec. Executiva** cita que há os nomes na ata mas nada foi encaminhado.
343 **Lucimar/SESA** cita que essa comissão já foi instituída. **Misael/Ilhéu** cita que em 2
344 gestões já foi feita a formação do grupo de trabalho que iria trabalhar a questão das
345 eleições, regulamento e conferência. Que várias vezes já foi prometido essa conferência e
346 que há 11 anos estão aguardando e isso está se tornando uma vergonha, considerando
347 que na gestão passada foi feito todo o trabalho de organização da comissão eleitoral e
348 como ia ser feito, que a Clemilda tem o entendimento que já foi feito no passado. Cita que
349 em 2024 as eleições são municipais, e não envolvem governo estadual e por isso não vê

350 impedimento para essa realização no 1º semestre. Solicita ao MP que interfira pois estão
351 sendo desconsiderados e desrespeitados, que precisam marcar uma reunião com a
352 Secretária pois não pode mais permanecer dessa forma, que estão sendo jogados de
353 uma secretaria para outra sem ser consultado, que há a troca injustificada de pessoas do
354 gov, o que vem atrasando todas as demandas. Que a questão da conferência é
355 necessária e por isso precisam sim definir, e que acredita que não há problema por ser
356 uma eleição municipal e a conferência deva ser planejada para o 1º semestre de 2024.
357 Registra sua indignação com relação a essa situação. **Pollyana/SEMIPI** reforça que
358 independente de ser ou não, não é possível realizar no 1º semestre pois precisam ter 3
359 meses de tempo hábil para fazer o processo licitatório, para poder ter hotel, espaço,
360 transporte, alimentação, e para isso são 90 dias. Que em Dezembro o orçamento fecha e
361 retorna apenas em Fevereiro, e aí conseguem iniciar o processo licitatório. Assim, cita que
362 mesmo que não existisse a vedação pela eleição, não conseguiria realizar no 1º
363 semestre. Reforça que vai repassar e ver a possibilidade de uma agenda com a secretária
364 com a comissão da conferência, com a participação da Diretora Clemilda e do
365 Coordenador Eduardo, mas que para ocorrer essa reunião é necessário ter uma proposta
366 para levar à secretária, além de pedir para ela reafirmar o compromisso. Sugere que
367 nesse período antes de conseguir uma pauta, que a comissão se reúna e coloque
368 efetivamente no papel o escopo da conferência para apresentar. **Misael/Ilhéu** cita que a
369 organização do grupo eleitoral já pode começar agora, e que se leva 3 meses, antes de
370 Julho conseguem fazer a conferência. Que precisam sentar com a secretária e definir
371 essa questão. **Pollyana/SEMIPI** reforça que tem a questão da eleição também.
372 **Misael/Ilhéu** cita que a eleição é municipal. **Pollyana/SEMIPI** diz que irá verificar a
373 especificação das vedações e passa para todos. **Misael/Ilhéu** sugere que os conselheiros
374 adotem esse posicionamento de não deixar para o final de 2024 e que a conferência
375 precisa acontecer o mais rápido possível. Solicita o agendamento de uma reunião da
376 sociedade civil juntamente à Secretária Leandre e a Clemilda. **Ana Brolo/MP** reforça que
377 devem tomar cuidado para não parecer que o ônus irá se inverter para o conselho. Cita
378 que talvez eles possam ir trabalhando na perspectiva de já ter uma agenda, pois para
379 trabalharem precisam do compromisso. **Pollyana/SEMIPI** diz que pode verificar e
380 agendar com a secretária. E que quando fala de uma proposta, está falando até sobre a
381 experiência que tiveram com os povos indígenas, que quando começaram as tratativas
382 precisaram parar e montar a comissão para que fosse deliberado como que gostariam
383 que ocorresse e organizando as conferências livres, indo somente 1 técnico da SEMIPI
384 para dar o suporte e representar a secretaria, diz que isso é algo que poderia adiantar, a

385 sociedade civil se organizar nas comunidades para que ocorram as conferências livres e a
386 SEMIPI disponibiliza um técnico para assessoramento. Reforça que vai tentar marcar a
387 agenda com a secretária saindo da reunião, mas que precisa que a comissão seja
388 instituída, e pelo que observou a única pessoa que não faz parte mais seria a Elaine,
389 substituída pelo Aloísio. **Hayanne/Sec. Executiva** cita que na ata de Agosto os nomes
390 que compõe a comissão seriam Dimas, Robson, Zuleide e Suely; Elaine, Jane, Gustavo e
391 Ellen, MP e DPE. Cita que conforme alteração, seria apenas trocar a Elaine pelo Aloísio.
392 **Ana Brolo/MP** disse que após solicitação do Misael, o Dr. Olympio irá intermediar a
393 realização da reunião com a Secretária. **Robson/Religiões De Matriz Africana** diz que
394 gostaria que a reunião fosse presencial. **Ana Maria/Quilombola** diz que pelo que ouviu,
395 os povos e comunidades tradicionais são sempre deixados para depois, e essa foi uma
396 das discussões que ocorreu na reunião da sociedade civil. Que o conselho está uma
397 bagunça pois não são consultados em nada, que dentro de 4 meses tiveram 2 secretárias
398 executivas, e que as pessoas que tomaram as decisões não estão presentes na reunião
399 para dar resposta à todos. Que nem sabem quem é Eduardo que se apresentou como
400 coordenador, e que a diretora também não está presente, para explicar os motivos. Que
401 são 12 membros da sociedade civil mas as decisões vem sempre de cima para baixo, e
402 isso está errado. Que há 4 anos estão participando e não se toma decisão nenhuma e
403 são cobrados pelos que estão na base e não tem o que falar. Que tiveram que passar
404 para a secretária há 4 meses atrás nomes, rg e cpf novamente, pois não fica salvo no
405 sistema. Que no domingo 1:30 da manhã o pessoal estava ligando para as lideranças
406 para pedir informações sobre a liderança da comunidade quilombola de estreitinho que
407 estava há 15 diasilhada, incomunicável, e questiona se a SEMIPI não tem o contato
408 dessas comunidades e não sabe quem é a liderança, pois estão abandonados. Que
409 todos sabem que ano que vem é eleição e se não fizer no 1 semestre, no 2 também não
410 terá. **Pollyana/SEMIPI** diz que verificou e se não tiver que realizar repasse para município
411 não tem problema para realizar as contratações e conseguem fazer no final do 1º
412 semestre. Diz que referente a questão administrativa, considerando que o conselho veio
413 de outra gestão e as secretárias executivas anteriores foram indicação do professor
414 Denis, não houve nenhum decreto e nenhuma indicação foi repassada, que se a
415 secretaria executiva não repassa para a diretoria geral, não tem como nomear. Reforça
416 que a diretoria geral e o gabinete estão fazendo o auxílio e colocando outra pessoa para
417 que as coisas funcionem e toda a parte administrativa tenha a instrução devida. Que o
418 mesmo aconteceu com o CONSEPIR e que agora será feito com o CPCT.
419 **Robson/Religiões De Matriz Africana** diz que tem visto a Hayanne trabalhar muito, e

420 que a gestão que veio indicada pelo Denis falou a mesma coisa da gestão anterior.

421 **Hayanne/Sec. Executiva** cita que enquanto secretária executiva, tudo o que pode está

422 fazendo. **Jane/SEJU** diz que na reestruturação foram repassadas todas as pastas para a

423 Isabella, que passou para a Alfrania. Que as pastas encontram-se transferidas da SEJUF

424 para a SEMIPI, que as pastas das eleições se encontram lá, que se não foi feito foi um

425 problema da secretaria executiva anterior, mas que todo o trabalho que foi solicitado na

426 transição foi feito, e que continua realizando a transição com a Hayanne tirando dúvidas e

427 auxiliando, em todos os horários, que conversou com os conselheiros solicitando que

428 apoiem a Hayanne pois ela está fazendo o trabalho, inclusive fora dos horários, e que

429 tudo que precisa ela fala. **Robson/Religiões De Matriz Africana** diz que só espera que

430 semana que vem a diretoria não vá mudar tudo de novo e que falem “você são da equipe

431 do fulano então não vai ficar”, como aconteceu. **Jane/SEJU** diz que os problemas sempre

432 ocorrem em transições. **Ana Maria/Quilombola** diz que o pessoal que os servidores

433 públicos que são governo não muda nada, mas que para eles muda, pois é sempre a

434 mesma coisa. Diz que os conselheiros sempre deixam seus trabalhos e casas e nunca

435 nada é resolvido. Que esperam que em Dezembro na próxima reunião a Hayanne

436 continue como secretária executiva pois os problemas da sociedade civil precisam ser

437 resolvidos. Sobre a conferência, diz que garante que ano que vem não irá sair a

438 conferência, pois tem recurso para tudo menos para isso. **Pollyana/SEMIPI** diz que

439 garante que vai ter. **Dimas/Faxinalense** diz que concorda com a indignação dos

440 companheiros e que tudo isso está desmotivando muitos conselheiros de participarem e

441 isso é preocupante, pois esse é o espaço de diálogo entre Estado e Sociedade Civil, que

442 observa o empenho dos técnicos que quando vem querem fazer funcionar e parece que

443 não há interesse em cima que se funcione esse conselho, e que gostaria de reforçar esse

444 encaminhamento da agenda direto com a Secretária, que é importante que o MP e DPE

445 participem para de fato amarrarem algo, sair um documento. Que é interessante sair uma

446 comissão com data de agenda. **Pollyana/SEMIPI** diz que vai verificar a agenda e para o

447 segundo momento já traz a data, pois é importante que a comissão se reúna para

448 conversar sobre. Pausa às 12:30 para almoço com retorno às 13:30 da tarde. Retorno às

449 13:30. **Pollyana/SEMIPI** diz que ficou marcado para o dia 14 de novembro às 16 horas

450 com a Secretária Leandre na SEMIPI, reforça que a indicação seria que a comissão se

451 reunisse antecipadamente para definir junto à COPCT (Clemilda e Eduardo) como será

452 desenhado para levar à Secretária, como por exemplo verificar se a coordenação já teria

453 mapeado todas as comunidades, como será feita a escolha dos delegados, se há local de

454 preferência. **Hayanne/Sec. Executiva** relembra os nomes que integram a comissão:

455 Dimas, Robson, Zuleide e Suely; Aloísio, Jane, Gustavo e Ellen, MP e DPE. **Jane/SEJU**
456 informa que estará de férias e não poderá participar. **Pollyana/SEMIPI** solicita à
457 Secretária Executiva o contato das pessoas pois precisa passar para o gabinete realizar a
458 confirmação da reunião. **Hayanne/Sec. Executiva** questiona se ao invés de ser apenas a
459 comissão da conferência não poderiam ser um representante de cada segmento.
460 **Pollyana/SEMIPI** cita que como foi solicitada presença da secretária em uma reunião do
461 CONSEPIR e eles conseguiram, como é muita gente e não há espaço para receber à
462 todos, como será tratado sobre a conferência, a comissão da conferência que deve se
463 reunir e verificar para a secretária participar da próxima reunião. **Hayanne/Sec.**
464 **Executiva** encaminhamentos: Agendar reunião prévia da comissão da conferência antes
465 do encontro com a secretária. **Lucimar/SESA** cita que há muitas coisas que a comissão
466 não poderá levar pronta para a reunião, considerando que certas coisas devem ser
467 deliberadas no pleno. **Jane/SEJU** concorda e cita que disse para a Pollyana que assim
468 como a solicitação realizada para que a comissão da conferência tenha organização, a
469 Lucimar expôs que é difícil, considerando a data estar tão próxima. Que solicitou a
470 Pollyana que também venha com as datas e possibilidades de acordo com a facilidade da
471 secretaria. **Robson/Religiões De Matriz Africana** diz que acredita que a reunião será
472 mais no sentido de definir quando, para que a comissão organize com mais certeza. Inicia
473 a próxima pauta com a apresentação sobre o licenciamento ambiental da ponte de
474 guaratuba, solicitada pelo Ofício 002 do Conselho que solicitou informações sobre o
475 andamento do licenciamento ambiental da ponte, a apresentação foi realizada pelo
476 Rodrigo Luiz Freitag, representante do DER. Após a apresentação, Gustavo Mussi realiza
477 o breve relato de como tem sido o acompanhamento da comissão do CPCT ao processo
478 de consulta às comunidades tradicionais, que a maior preocupação tem sido estabelecer
479 qual o melhor método para que as comunidades sintam-se informadas considerando que
480 nenhuma delas tem um procedimento de consulta definido. **Antonio Vitor Barbosa de**
481 **Almeida/Defensor Público** questiona se o material apresentado e a dinâmica foram
482 iguais em todas as comunidades. **Rodrigo Freitag/DER** confirma. **Antonio Vitor**
483 **Barbosa de Almeida/Defensor Público** cita que algumas questões o preocuparam após
484 relatos, que muitas comunidades principalmente a de prainha e porto de passagem não
485 possuem protocolo de consulta específico, e quando não há é muito importante que haja
486 preparação prévia com a comunidade indagando como eles gostariam de ser
487 consultados, ouvidos e recebidas as informações para que se construa e se pactue como
488 se dará a consulta. Ressalta que é importante respeitar o tempo das comunidades. Cita
489 que fez questão de perguntar sobre as datas pois em conversa com uma comunidade foi

490 relatado que essa entraria em contato com os responsáveis para agendar a data do
491 retorno. Que gostaria de saber se já foi conversado com todas as comunidades a pedido
492 delas respeitando o processo e o tempo delas sobre esses retornos ou se foi uma data
493 deliberada apenas pelo empreendedor da obra. Ainda, cita que percebeu que é
494 necessário o esclarecimento de que aquele momento é das comunidades tradicionais
495 ainda que haja a presença de alguns órgãos públicos para que seja respeitado o
496 protagonismo das comunidades tradicionais e não de outras pessoas, o que precisa ser
497 fiscalizado pelo CPCT. Cita que o convite o preocupa quando há um convite geral para a
498 comunidade externa além da população tradicional até para evitar momentos de tensão
499 com pessoas que não se identificam como comunidade tradicional. Diz que em sua visita
500 no dia anterior a uma das comunidades o preocupou o fato de que elas não sabem quais
501 impactos vão ocorrer, que pode presenciar na apresentação, que inclusive questionou se
502 haveria algum detalhamento maior dos impactos pois a apresentação que o consórcio faz
503 não especifica o que será impactado e o que isso representa para o modo da comunidade
504 tradicional, sem uma informação, não sendo apenas do ponto de vista técnico que a
505 consulta estaria com pequena falha na informação para as comunidades, mas a própria
506 comunidade não sabe efetivamente o que irá ocorrer, embora esperem que ocorra um
507 benefício com a construção da ponte. Com relação a comunidade de prainha, cita que
508 consta em uma parte do EIARIMA que será um local de depósito de material para
509 construção da ponte, o que não foi informado na CLPI e no dia anterior as pessoas da
510 comunidade questionaram como seria, em que local aconteceria e que tipo de controle de
511 zoonose, insetos e afins haveria no local, assim, esses tipos de impactos não foram
512 devidamente trazidos. Cita que outra questão que o perguntaram na comunidade de
513 prainha é com relação aos serviços que serão desalojados, que informaram inclusive que
514 o DER esteve presente na comunidade tirando medidas de onde hoje seria a localização
515 da escolinha e do posto de saúde que possivelmente será desalojado segundo a
516 percepção deles, não uma informação precisa. Ainda, que sua preocupação também é
517 com relação ao decreto de utilidade pública já com desapropriações nas áreas, que
518 ninguém sabe quem efetivamente será atingido ainda que no decreto tenha as
519 coordenadas de latitude e longitude com a indicação e metragem de áreas totais que
520 serão desapropriadas, que o cobraram pois não tem informações sobre quem será
521 indenizado, pois a preocupação é com relação aos que não tem a propriedade titulada,
522 sendo necessário um diálogo com a PGE para ver como será. Assim reforça que não
523 sabe como será do ponto de vista do CPCT avaliado a relação dessa consulta, se de fato
524 o material apresentado para a comunidade de prainha e porto de passagem é o material

525 que foi repetido em todas as comunidades como a que foi mencionado, em nenhum
526 momento ficou claro os impactos. Que inclusive nas comunidades de prainha e porto de
527 passagem há uma questão complexa com relação a trafegabilidade pois há um trecho em
528 que não há margem de duplicação e que haverá duplicação previamente na cidade de
529 Matinhos, o trecho vai se estreitar e está havendo outra duplicação para acesso a ponte,
530 que não sabem como será feito esse afinilamento e se vai gerar algum tipo de transtorno.
531 Que do ponto de vista técnico muitas informações faltaram, e que faz uma solicitação de
532 que na devolutiva, para as próximas comunidades para que não se alegue que não foi
533 solicitado anteriormente, haja a demonstração com mapas por parte do DER das áreas
534 que serão desapropriadas, ainda que esteja em discussão a questão da localização do
535 acesso e apoio da ponte para que expliquem pelo menos as áreas que já estão com
536 decreto de desapropriação para que a comunidade tenha maior clareza. Comunica que a
537 DPE esteve no local e entregou um ofício com orientações de pontos importantes que
538 devem ser observados no que se pretende chamar de CLPI justamente buscando
539 colaborar com o processo. **Gustavo Mussi/C.Civil** concorda que ficaram faltando os
540 impactos, que fala isso por si e não pode falar por todos, que para eles não seria esse o
541 momento, sendo aquele somente o momento da provocação da comunidade para que
542 trouxesse os mecanismos pelos quais se sentiriam informadas desses impactos, inclusive
543 quais as questões que devem ser respondidas. Que irão ver se efetivamente aconteceu
544 quando tiver o retorno das informações da comunidade, que o documento entregue na
545 reunião da prainha pode colaborar para tentar que a concessionária informe os pontos
546 mesmo que a comunidade não venha a explicitá-los. Que do ponto de vista da comissão
547 de acompanhamento pelo que tem conversado pelos companheiros aquele não seria o
548 momento de expor os impactos, uma vez que ainda não teriam o mote do que é a CLPI,
549 que as comunidades informassem quais seriam os mecanismos pelos quais seriam
550 informados. Que seria atrapalhar um pouco o processo. **Rodrigo Freitag/DER** cita que
551 apesar de não estar no material foi falado sobre alguns impactos em que os próprios
552 participantes por vezes ficaram com dúvidas em relação ao acesso, reforça que foi
553 comentado sobre alguns impactos. Que de forma direta seguindo o que a OIT direciona
554 com relação a afetar à terra da comunidade tradicional e o meio de produção, isso não
555 acontece, assim, responde uma das considerações com relação a desapropriação.
556 Reforça que até o presente momento nenhum morador considerado ou pertencente à
557 comunidade tradicional será desapropriado. Cita que há as desapropriações de casas do
558 lado de matinhos que são residências de veraneio, e que a escola está sendo levantada a
559 localização para ver se de fato será afetada, que se for afetada não há interrupção da

560 atividade escolar sem definição do que vai ocorrer com ela. Que como o processo de
561 licenciamento é baseado no EIARIMA, onde levantam-se possíveis impactos, a
562 desapropriação efetiva com margem de erro métrica só ocorre quando de fato tem um
563 projeto básico executivo, que pode sim passar a faixa de decreto, onde irá se vivenciar o
564 que está relatando, reforça que residência de comunidades tradicionais não serão
565 afetadas. **Hayanne/Sec. Executiva** cita que terá que ser dado um tempo para as falas,
566 considerando as demais pautas à vencer. **Antonio Vitor Barbosa de Almeida/Defensor**
567 **Público** cita que compreende a complexidade do empreendimento e de apresentar nesse
568 momento um grau expressivo de informações, mas a consulta para que haja a obtenção
569 do consentimento das comunidades tradicionais, não precisa apresentar apenas alguns
570 impactos, mas sim todos, inclusive os positivos e negativos. Além disso, reforça que
571 precisa necessariamente que verifiquem se de fato essa informação, que inclusive está
572 sendo gravada, de que pessoas da comunidade tradicional não serão desapropriadas, se
573 isso de fato vai acontecer, pois no dia anterior em reunião com a comunidade tradicional
574 uma senhora falou que estiveram presente e falaram que ela seria uma das pessoas
575 desapropriadas, e é uma pessoa que se considera da comunidade tradicional, filha de
576 pescadores. **Rodrigo Freitag/DER** cita que uma forma de verificar é se puder passar
577 quem é a pessoa para que possam buscar essa informação e efetividade desse fato até
578 para poder acalmá-la, ou, se de fato for afetada, já expor como funciona o processo de
579 desapropriação e como é feito. **Antonio Vitor Barbosa de Almeida/Defensor Público**
580 cita que como citada a informação que ninguém será desapropriado, ... **inaudível.**
581 **Rodrigo Freitag/DER** cita que para isso esses anseios também devem chegar até eles,
582 que o que podem fazer é incorporar esses questionamentos nesses retornos citando que
583 houve reunião do conselho e as dúvidas foram expostas pela defensoria. **Antonio Vitor**
584 **Barbosa de Almeida/Defensor Público** questiona se ele estava acompanhando.
585 **Rodrigo Freitag/DER** cita que só acompanhou a de cabaraquara e não conseguiu
586 participar das demais. **Antonio Vitor Barbosa de Almeida/Defensor Público** cita que
587 principalmente na de prainha surgiu isso e a engenheira do DER que não se recorda o
588 nome mas é loira, falou que seria possível trazer um mapa da desapropriação, que essa
589 questão surgiu na própria reunião. **Rodrigo Freitag/DER** cita que estava falando sobre os
590 outros itens do impacto, mas que o decreto é público, que está em diário oficial e não é
591 sigiloso de forma alguma. **Hayanne/Sec. Executiva** questiona se conseguiriam
592 encaminhar as outras pautas, questiona se ficou alguma questão. Ninguém se manifesta.
593 **Ana Carolina Brolo/MP** solicita a verificação de quórum e quais segmentos estão
594 presentes. **Hayanne/Sec. Executiva** cita os segmentos presentes. Após, cita que está

595 participando online o André Avelino da SEEC, que fará uma fala rápida sobre o edital de
596 povos e comunidades tradicionais, cita que se os conselheiros tiverem algum
597 questionamento podem realizar, explica à André que os representantes das comunidades
598 tradicionais estão reunidos e foi comentado sobre o edital, momento em que surgiram
599 dúvidas com relação aos agentes facilitadores, questiona se conseguiria explicar como
600 sobre está sendo realizado o processo dos agentes facilitadores entrarem em contato
601 com as comunidades. **André Avelino/SEEC** deseja boa tarde, que em nome da
602 Secretária de Cultura Luciana Casagrande Pereira agradece pelo convite em participar da
603 reunião, bem como da Secretária Leandre, Diretora de Igualdade Clemilda e ao
604 presidente Misael. Cita que os editais são de fomento à cultura em decorrência da lei
605 paulo gustavo e de forma inédita foi proposto o edital para povos e comunidades
606 tradicionais, bem como todos os outros editais trazem políticas de ações afirmativas e
607 democratização e acessibilidade por meio de cotas e indutores de notas. Que para
608 melhorar o acesso dos fazedores de cultura de povos e comunidades tradicionais há uma
609 estratégia para utilizar servidores da SEEC na busca ativa de proponentes e projetos, os
610 agentes facilitadores (agentes regionais de cultura), ainda cita a inscrição assistida. Que
611 foi realizado diálogo com a FUNAI, INCRA, IPHAN e SEMIPI buscando contatos para
612 aproximação com as comunidades. Que estão prestando auxílio para que consigam
613 inserir os projetos dentro dos sistemas. Que os meios de comunicação para divulgação
614 vão para além da AEN, pois criaram uma comunidade no Whatsapp. **Robson/Religiões**
615 **De Matriz Africana** cita que gostaria de saber sobre a possibilidade de oficinas rápidas
616 nas comunidades. **André Avelino/SEEC** cita que a proposta é realizar oficinas, que sabe
617 que o tempo é curto e os recursos da lei tem que ser executados até 31 de dezembro e os
618 editais tem prazo para cumprir mas que podem articular a visita do agente regional de
619 cultura ou mesmo online para realizar uma oficina e disponibilizar os materiais já
620 existentes, que irá deixar seu contato no chat e quem tiver interesse para mais
621 informações pode entrar em contato. **Hayanne/Sec. Executiva** questiona se outros
622 conselheiros teriam dúvidas, sem manifestações. Agradece à André pela participação e
623 coloca o conselho a disposição para que essa ponte ocorra, cita que caso tenha interesse
624 os conselheiros podem passar os contatos para que seja mantido o diálogo. **André**
625 **Avelino/SEEC** agradece e coloca-se à disposição. **Hayanne/Sec. Executiva** questiona
626 se pode ser dado seguimento nas pautas ou se ficou algum questionamento.
627 **Josilda/SEIL** questiona se o encaminhamento da ponte ficou claro para todos. Sem
628 manifestações, questiona se o defensor deseja encaminhar algo pois não sabe se ficou
629 claro os encaminhamentos para constar em ata. **Antonio Vitor Barbosa de**

630 **Almeida/Defensor Público** cita que como a reunião está sendo gravada e após ocorrerá
631 a degravação dos pontos que foram abordados e as respostas que foram apresentadas.
632 Que se acharem interessante podem formalizar a partir da ata, que se entenderem
633 necessário, acha que seria até interessante e prudente formalizar um documento com
634 essas informações e encaminhar para a defensoria e órgãos participantes do CPCT.
635 **André/SEIL** cita que entende que o ofício da DPE deve ser enviado para a comissão
636 analisar e se for o caso encaminhar para o DER. **Antonio Vitor Barbosa de**
637 **Almeida/Defensor Público** cita que a partir do momento que suas considerações vão
638 constar na ata não entende a necessidade de enviar o ofício solicitando o que disse na
639 ata. **André/SEIL** cita que antonio comentou sobre a moradora que está preocupada com
640 a desapropriação mas que não foi dito seu nome, para que conste na ata caso tenha o
641 nome. **Antonio Vitor Barbosa de Almeida/Defensor Público** cita que não é apenas
642 uma moradora e que são vários que gostariam de saber sobre a desapropriação, que se
643 for necessário formaliza e repete os encaminhamentos mas que acha desnecessário
644 repetir considerando a ata e gravação. **André/SEIL** cita que antonio comentou sobre a
645 moradora específica, uma senhora. **Antonio Vitor Barbosa de Almeida/Defensor**
646 **Público** cita que ela perguntou e mais de uma pessoa está com a dúvida, que se tem um
647 decreto e é público se especifique quem será desapropriado das comunidades
648 tradicionais solicitando que a pessoa de identifique como comunidade tradicional, que foi
649 dito que nenhuma comunidade tradicional será desapropriada. **André/SEIL** cita que só
650 comentou sobre o alguém em específico comentado que se identificou como comunidade
651 tradicional, que com o nome é possível realizar a busca. **Gustavo Mussi/C.Civil** cita que
652 o conselho pode fazer uma recomendação para que os impactos sejam mais detalhados.
653 **Rodrigo Freitag/DER** reforça que a consulta ainda está em processo, que com relação
654 aos impactos deve-se pensar os que de fato afetam à comunidade para que o nível de
655 detalhamento não gere confusão, considerando ser prévio. Que buscarão as propriedades
656 de fato que serão afetadas. **Dimas/Faxinalense** cita sua experiência com protocolo de
657 consulta, cita a dificuldade considerando a diferença de organização de cada
658 comunidade o que dificulta, o que exige uma grande sensibilidade das duas partes. Cita
659 que há uma problemática quando o empreendimento acredita que audiência pública
660 resolve o problema. Que as comunidades já tiveram muito prejuízo em seus territórios e
661 mesmo que tenham prazos não se deve atropelar pois os danos são irreversíveis. Cita
662 sua preocupação por ser uma situação delicada e complexa. **Rodrigo Freitag/DER**
663 reforça que o relatório trará muitas evidências, reforça que a comunidade que inclusive
664 está escolhendo as datas. **Hayanne/Sec. Executiva** questiona se outros conselheiros

665 teriam dúvidas e se a pauta da ponte estaria encaminhada. **Lucimar/SESA** cita que essa
666 é a primeira experiência do conselho, e a importância de pensar formas para que esses
667 momentos sejam ricos para todos somando esforços . **Gustavo Mussi/C.Civil** cita que
668 pode ser realizado um roteiro base para as comunidades que não tem protocolo que pode
669 ser oferecido e se entenderem interessante podem utilizar. **Rodrigo Freitag/DER**
670 manifesta que a dificuldade que o DER está enxergando é a falta da definição da
671 comunidade, que em caso de não ter protocolo, o conselho junto com a comunidade
672 poderia deliberar e enxergar níveis de empreendimento para auxiliar no protocolo para
673 que ausência não seja um limitador do andamento do licenciamento. **Ana Carolina**
674 **Brolo/MP** cita sobre a intenção do MP de fazer evento/capacitação sobre CLPI, que estão
675 dialogando com alguns setores das universidades. Cita que participou de um encontro do
676 observatório de CLPI em que várias questões foram discutidas em âmbito nacional e
677 internacional de CLPI e protocolo de CLPI. Cita que não dá para o empreendedor
678 estabelecer um protocolo. **Rodrigo Freitag/DER** manifesta que a proposta do
679 empreendedor seria de com o conselho criar para a comunidade. **Ana Carolina Brolo/MP**
680 reforça que não tem como isso ocorrer, pois o protocolo é estabelecido pela comunidade,
681 e o conselho tem papel de acompanhar. **Ana Maria/ Quilombola** cita que cada
682 comunidade pode ter seu protocolo de consulta, cita sobre a construção do pedágio da
683 277 que não consultou as comunidades. **Josil/SEIL** cita que sentiram falta de mediação,
684 tanto o gov quanto a comunidade, na 1ª reunião realizada com as comunidades com
685 relação a consulta dos transportes aquaviários, propõe ao conselho a participação no
686 acompanhamento dessas consultas. **Dimas/Faxinalense** cita necessidade da
687 comunidade se apropriar do direito a CLPI. Fica definido para criar comissão de
688 acompanhamento da a consulta dos transportes aquaviários de pontal do sul – ilha do
689 mel. **Dimas/Faxinalense** cita sobre minuta do SEUC que está parada há quase 2
690 anos, se há previsão. **André Eiterer/IAT** que o protocolo está para ser analisado pelo
691 diretor do IAT para encaminhamentos, que não sabe sobre previsão. Após debate,
692 Dimas/Faxinalense propõe para que seja marcada uma reunião dos faxinalenses com MP
693 e IAT para dialogar sobre a minuta, solicita que seja oficiado o IAT para verificar o projeto
694 SEUC dos faxinalenses. **Robson/Povos de Terreiro** solicita que o regimento interno seja
695 encaminhado a todos para que essa pauta seja retomada na próxima reunião. Cita sobre
696 as fragilidades do cad. único, encaminhamento para convidar os responsáveis pelo cad.
697 único da SEDEF para a próxima reunião. **Ana Carolina Brolo/MP** cita que o MP tem um
698 procedimento de acompanhar o cadastro dos PCTS no cadastro único e perceberam
699 algumas fragilidades, que pode trazer informações e ideias. **Misael/Ilhéus** cita a

700 importância do Estado alinhar com o MDS para incluir outros segmentos que não constam
701 no cadastro único. Solicitação realizada para incluir na pauta da próxima reunião o PL do
702 deputado Goura sobre Terras Devolutas. **Robson/Povos de Terreiro** cita sobre a roda de
703 conversas realizada pela SEMIPI com os povos de terreiro e sua dúvida com relação ao
704 espaço dentro do conselho. **Ana Carolina Brolo/MP** questiona se os povos ciganos estão
705 participando pois na última reunião se preocupou com relação ao que foi levantado de
706 retirar a cadeira. **Hayanne/Sec. Executiva** explica situação que Antonio cigano está
707 participando online pois não encaminharam o cartão corporativo dele. Reunião encerrada
708 às dezessete horas e trinta minutos. Essa ata foi redigida pela servidora Hayanne
709 Iovanovitchi., secretária executiva em exercício do Conselho Estadual de Povos e
710 Comunidades Tradicionais.